

ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A) PREGOEIRO (A) E MEMBROS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS - IFSULDEMINAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23343.000455.2024-25

PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.505.498/0001-60, com sede na Rua Algarobas, n.º 236, Bairro Nova Parnamirim, CEP 59151-433, Parnamirim/RN, representada neste ato por seu sócio gerente Sr. Alberto Ferreira da Rocha, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2292724 e do CPF n.º 060.467.934-32, vem perante Vossa Senhoria **APRESENTAR** resposta ao recurso administrativo interposto pela **MAXVIDEO COMERCIO E SERVIÇO LTDA**, nas razões e fatos expostos à seguir.

Trata-se o presente de contratação de serviços continuados de apoio administrativo (editor de tv e vídeo), mediante cessão de mão de obras com dedicação exclusiva (terceirização) para DICOM da Reitoria do IFSULDEMINAS, conforme critérios, especificações e necessidades descritos nos Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, partes integrantes deste edital convocatório.

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

O licitante ora recorrido, PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, foi declarado vencedor do certame de nº 90001/2023. A empresa MAXVIDEO COMERCIO E SERVICO LTDA, afirma, em suma que a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa fora de natureza infundada, pelo que se impõe a procedência do recurso ora interposto e o refazimento dos atos praticados pelo pregoeiro durante a sessão pública a partir da convocação.

DAS CONTRARRAZÕES

Os princípios, num processo de licitação, são fundamentos que norteiam a atuação do Poder Público e, portanto, devem ser estritamente observados. Dentre eles, se encontram os constitucionais, que estão previstos no art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e os próprios da Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), dispostos em seu art. 3º. Por último, há também o chamado princípio da competitividade na licitação que não está previsto em lei, mas que é essencial aos demais.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, o qual estabelece regras gerais sobre licitações e contratos, a licitação tem como objetivos a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Apresentados os requisitos de habilitação, a **Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado.** Também nesta etapa se exige o tratamento isonômico. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente.

A alegação que a empresa **MAXVIDEO COMERCIO E SERVICO LTDA** teve sua desclassificação de modo injusto se torna falsa. Senão vejamos:

A recorrente alega que Sr. AGENTE DE CONTRATAÇÕES solicitou adequação a planilha de composição de custos e formação de preços, uma vez que a licitante não se atentou a alguns detalhes tais como, o objeto da licitação, cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização), e não a realização de atividade de rádio (CNAE 60.10-1-00), bem como não cotou o custo correspondente à contribuição previdenciária (INSS) patronal (20%) cotando, ao reverso, contribuição incidente sobre o faturamento, à alíquota de 1,5%. Pois, verificado o cartão CNPJ da empresa constatou-se que ocorre desoneração para as empresas que explorem atividades de rádio (CNAE 60.10-1-00, constante em seu cartão CNPJ e em seu contrato social).

Diante da brilhante argumentação do sr. Pregoeiro em seu pronunciamento, explicando de maneira breve e clara que embora no cartão CNPJ da empresa ora recorrente, conste que esta explora atividades de rádio (CNAE 60.10-1-00), a presente licitação tem por objeto a cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização) e não a realização de atividades de rádio (CNAE 60.10-1-00). Portanto, o benefício da desoneração de folha não se encaixa na presente.

Em consideração a isso, o sr. Pregoeiro, estabeleceu para que fosse possível a adequação da planilha de composição de custos e formação de preço. Contudo, a empresa MAXVIDEO COMERCIO E SERVICO LTDA não fez tal adequação, mantendo assim o índice anteriormente utilizado.

Posto isso, analisando a proposta da recorrente, a mesma não teve o cuidado de ler o edital e seus anexos onde consta as informações necessárias para a habilitação do certame.

Realmente o processo licitatório visa garantir uma melhor proposta a administração pública, porém, visa ainda, analisar se aquele arrematante tem condições de assumir o contrato conforme estudos e análises realizadas pelo órgão. No caso em tela, o arrematante afoito vislumbrando uma contratação “vantajosa”, não visou a análise que a administração pública faz a seus documentos e saúde financeira da empresa, mesmo sendo ela mais vantajosa.

DO CARÁTER PROTETATÓRIO DO RECURSO

O recurso apresentado pela empresa **MAXVIDEO COMERCIO E SERVICOS LTDA**, visa tão somente protelar o andamento regular do certame. Isso se evidencia nos argumentos sem fundamento, revelando um caráter protelatório que merece a devida reprimenda, conforme art. 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/02.

E em assim sendo, face o exposto, pugna-se pela manutenção da Recorrida como vencedora e, por conseguinte, pelo total improvimento do presente Recurso.

DO PEDIDO

Diante do exposto, outrossim, lastreada nas contrarrazões, requer-se que essa Comissão de Licitação decida pelo TOTAL IMPROVIMENTO do pedido de reconsideração feito pela MAXVIDEO COMERCIO E SERVICO LTDA, conseqüentemente, determinar continuidade da PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA como vencedora.

Bem como o reconhecimento do caráter protelatório do recurso interposto por MAXVIDEO COMERCIO E SERVICO LTDA, e a aplicação das penalidades cabíveis, conforme o disposto no art. 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/02;

Notifique-se as demais licitantes, dê-se publicidade.
Nestes Termos. Pede Deferimento.


Alberto Ferreira da Rocha
Administrador
RG 2292724 ITEP/RN
CPF 060.467.934-32

Caline Tavares de Lima Henrique
Advogada
OAB/RN 21.731